

## “Quem não conhece Lolita não conhece Recife”: resistência e formação política homossexual/travesti no Regime Civil-Militar (1964-1985)

*“Whoever doesn’t know Lolita doesn’t know Recife”: homosexual/transvestite resistance and political formation under the Civil-Military Regime (1964–1985)*

*“Quien no conoce a Lolita no conoce Recife”: resistencia y formación política homosexual/travesti en el Régimen Civil-Militar (1964–1985)*

Gedalias Ferreira Correia<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Tayanne Adrian Santana Morais da Silva<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco, País.

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco, País.

### Resumo

Este artigo analisa a dimensão político-formadora da resistência de Lolita, figura pernambucana conhecida entre os anos de 1960 e 1980 por suas performances públicas em meio à repressão do Regime Civil-Militar. Ancorada na História Cultural, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. As fontes mobilizadas foram reportagens e entrevistas cedidas por ela à imprensa do período. O referencial teórico dialoga com a noção de tática proposta por Michel de Certeau (2014), visando compreender as formas de desobediência cotidiana que escapam aos registros tradicionais da política institucionalizada. A análise revela que sua presença pública e gestos performativos funcionaram como práticas de resistência que, alheias às instituições formais de ensino ou à militância organizada, iluminam dimensões políticas da formação de sujeitos dissidentes, ampliando as formas de compreensão da educação em contextos autoritários.

**Palavras-chave:** formação política; resistência; Regime Civil-Militar; Lolita.

<sup>1</sup> Mestrando em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7182-8487>. E-mail: [gedalias.correia@upe.br](mailto:gedalias.correia@upe.br).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9868-7151>. E-mail: [tayanne.morais@ufpe.br](mailto:tayanne.morais@ufpe.br).

<sup>3</sup> Doutora em História da Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5602-8534>. E-mail: [raylane.navarro@ufpe.br](mailto:raylane.navarro@ufpe.br).



### **Abstract**

*This article analyzes the political-formative dimension of Lolita's resistance, a figure from Pernambuco known between the 1960s and 1980s for her public performances amid the repression of the Civil-Military Regime. Grounded in Cultural History, the study adopts bibliographic and documentary research as its methodology. The sources mobilized include newspaper reports and interviews she granted to the press of the period. The theoretical framework engages with Michel de Certeau's (2014) notion of "tactic," aiming to understand forms of everyday disobedience that escape traditional records of institutionalized politics. The analysis reveals that her public presence and performative gestures functioned as practices of resistance which, outside formal educational institutions or organized activism, illuminate political dimensions in the formation of dissident subjects, broadening the ways of understanding education in authoritarian contexts.*

**Keywords:** political formation; resistance; Civil-Military Regime; Lolita.

### **Resumen**

*Este artículo analiza la dimensión político-formadora de la resistencia de Lolita, figura pernambucana conocida entre las décadas de 1960 y 1980 por sus performances públicas en medio de la represión del Régimen Civil-Militar. Fundamentado en la Historia Cultural, el estudio adopta como metodología la investigación bibliográfica y documental. Las fuentes movilizadas fueron reportajes e entrevistas concedidas por ella a la prensa de la época. El marco teórico dialoga con la noción de "táctica" propuesta por Michel de Certeau (2014), con el objetivo de comprender las formas de desobediencia cotidiana que escapan a los registros tradicionales de la política institucionalizada. El análisis revela que su presencia pública y sus gestos performativos funcionaron como prácticas de resistencia que, al margen de las instituciones formales de enseñanza o de la militancia organizada, iluminan dimensiones políticas en la formación de sujetos disidentes, ampliando las formas de comprender la educación en contextos autoritarios.*

**Palabras clave:** Formación política; resistencia. Régimen civil-militar; Lolita.

### **INTRODUÇÃO**

Em nome de valores conservadores vinculados à Doutrina de Segurança Nacional, o Regime Civil-Militar (1964–1985) <sup>4</sup> instaurou um aparato repressivo voltado a perseguir, normalizar e regular corpos que escapavam às normas de gênero

---

<sup>4</sup> Conforme Fico (2014) e Napolitano (2014), o golpe resultou de uma aliança entre Forças Armadas, elites empresariais, lideranças religiosas, setores da mídia e interesses estrangeiros. Nesse sentido, adota-se, neste trabalho, a expressão "regime civil-militar" para enfatizar que a ruptura democrática de 1964 não foi exclusivamente militar. No entanto, em consonância com Teles (2015), reconhece-se nesta pesquisa que nos momentos de atuação direta do aparato repressivo, sobretudo no núcleo do poder decisório do Estado, a centralidade esteve nas mãos das Forças Armadas, motivo pelo qual, em algumas passagens, recorreremos também à expressão "ditadura militar", sem, contudo, perder de vista o entrelaçamento entre civis e militares na sustentação do regime.

consideradas legítimas. Nesse cenário, a repressão a travestis e homossexuais assumiu lugar de destaque, sustentada por um discurso que os via como ameaças à ordem da nação, uma vez que seriam parte de “[...] uma estratégia utilizada pelos comunistas para corromper a juventude brasileira através de uma imposição cultural” (Nascimento, 2022, p. 57). Assim, a degeneração moral atribuída à sexualidade dissidente era narrada em paralelo à degeneração política imputada ao comunismo, compondo um binômio que reforçava o estigma contra sujeitos acusados de subverter os códigos de conduta social e afrontar os valores defendidos pelo regime.

Essa associação, contudo, não surgiu com a ditadura, uma vez que a vinculação entre travestilidade/homossexualidade<sup>5</sup> e degeneração moral em muito povoava o imaginário brasileiro desde o século XIX. O regime, no entanto, reforçou e institucionalizou tais representações, valendo-se de discursos médicos, jurídicos e religiosos como instrumentos de disciplinamento que restringiam sociabilidades, dificultavam formas de organização coletiva<sup>6</sup> e reduziam sujeitos dissidentes à figura do escândalo ou da anormalidade.

Ainda assim, diferentes sujeitos elaboraram formas de vida que, cada qual ao seu modo, ressignificaram a cidade, os afetos e os limites impostos pelo regime. É nesse cenário que se insere a trajetória de Lolita, alcunha pública de Ivo Alves da Silva (1933–1986)<sup>7</sup>, figura pernambucana cuja presença marcante nos espaços urbanos e nas páginas policiais evidencia tanto os mecanismos estatais de controle quanto os modos cotidianos de resistência acionados por corpos dissidentes. Conhecida pela frase “Quem não conhece Lolita, não conhece o Recife”, sua performance de gênero (Butler, 2003), marcada pelo uso do nome feminino, da maquiagem e de gestos feminilizados<sup>8</sup>, desafiava abertamente os papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres

---

<sup>5</sup> Durante o regime civil-militar, o termo “homossexual” era amplamente utilizado para nomear todas as dissidências da heteronormatividade. Optamos, neste trabalho, por manter os termos “homossexual” e “travesti”, em consonância com as fontes da época (jornais e documentos institucionais dos anos 1960–1980), evitando o uso de siglas contemporâneas como LGBTQIAPN+, a fim de evitar anacronismos na análise.

<sup>6</sup> Somente em 1978 foi criado, em São Paulo, por ativistas ligados aos meios acadêmico e cultural, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) (Green, 2000).

<sup>7</sup> Nos últimos anos de vida, Lolita deixou o Recife Antigo e passou a residir na Pensão Jaú, localizada no bairro do Pina. Conforme destaca Lima (2001), aos cinquenta e três anos ela foi assassinada no ano de 1986 na praia Del Chifre em Olinda.

<sup>8</sup> O tratamento das fontes foi orientado por uma atenção ética às diferentes expressões de gênero e identidade, evitando classificações fixas e respeitando as performances adotadas pela própria Lolita. Embora identificada nos registros civis como Ivo Alves da Silva, sua trajetória evidencia uma oscilação entre o uso de pronomes masculinos e femininos, além da adoção de práticas performativas associadas à feminilidade, como o uso de batom, o nome feminino e o gosto por interpretar cantoras brasileiras (Diário da Noite, 1980). A decisão metodológica de adotar o feminino neste trabalho fundamenta-se, portanto, na compreensão do gênero como construção performativa (Butler, 2003) e na constatação de

e reconfigurava, com o próprio corpo, os limites do pertencimento urbano e da cidadania sexual.

Em 1954, ao chegar ao Recife com 21 anos, Lolita não tardou a se tornar uma figura conhecida. Por onde circulava, deixava marcas inconfundíveis — fosse por sua expressividade artística, fosse por sua irreverência diante dos códigos de moralidade vigentes —, o que frequentemente resultava em prisões arbitrárias e violências praticadas por agentes policiais. Na década de 1970, sua presença na imprensa tornou-se mais evidente, com reportagens que insistiam em vinculá-la a brigas e ocorrências em vias públicas. Com o processo de distensão política no início dos anos 1980 sua imagem ganhou novos contornos, na medida em que começou a usufruir de espaços onde também podia apresentar suas próprias narrativas, aquilo que viveu, sentiu e experienciou.

Ainda que não haja registros de enfrentamentos diretos ou de mobilizações discursivas de Lolita contra o Regime Civil-Militar, o fato de sua circulação tornar-se mais visível no espaço urbano recifense durante aqueles anos permite inferir que a repressão, acrescida da vigilância e da censura “indireta”, se intensificou sobre seu corpo. Essa dinâmica, conforme veremos, evidencia como a simples presença pública de sujeitos dissidentes, mesmo sem articulação política explícita, podia ser tomada como afronta à moralidade oficial e, portanto, alvo permanente dos mecanismos de controle.

A partir desse contexto, buscamos responder à seguinte problemática: de que modo a trajetória de Lolita, em meio aos mecanismos de controle dos corpos e da sexualidade durante o Regime Civil-Militar, ilumina elementos que permitem compreender uma formação alicerçada na experiência e dotada de uma dimensão eminentemente política? Partimos do pressuposto de que, no Nordeste — região que era e ainda hoje é marcada por uma cultura de reforço à virilidade, como nos faz entender Albuquerque Jr. (2013) —, travestis e homossexuais não apenas sofreram com a repressão, mas acionaram formas sutis de resistência que lhes permitiram (sobre)viver em tempos de ditadura. Consideramos que a agência<sup>9</sup> de Lolita e sua prática

---

que, mesmo sob intensa repressão, sujeitos dissidentes elaboravam formas de subjetivação capazes de desafiar a matriz binária.

<sup>9</sup> Conforme destaca Butler, a agência diz respeito à capacidade de resistência e de ação política que emerge no interior das próprias estruturas de poder. Trata-se de uma possibilidade que se constitui a partir do desejo, entendido aqui como força que impulsiona processos de transformação e de resignificação das práticas sociais. Nesse mesmo horizonte, Casale e Femenias (2009, p. 24, apud Furlin, 2013, p. 397) argumentam que “a agência não é um atributo dos sujeitos, mas uma característica

de reconfiguração cotidiana dos espaços de exclusão é tributária de uma formação política forjada nos territórios por onde transitou, nas redes de sociabilidade que construiu e nas formas de elaboração de si que soube inventar.

O objetivo deste artigo, portanto, foi analisar a dimensão político-formadora de sua resistência diante da repressão moral e institucional reforçada pelo regime. Interessou-nos observar elementos formativos presentes na desobediência a papéis de gênero rigidamente atribuídos a sujeitos biologicamente masculinos, sobretudo em tempos de reforço da masculinidade como pilar social. Ao destacar essa trajetória, buscamos contribuir para o alargamento do escopo da História da Educação, incorporando sujeitos e processos formativos que ainda hoje encontram-se às margens das pesquisas sobre o período.

Para isso, dialogamos com a noção de tática em Michel de Certeau (2014), para quem o cotidiano é o espaço de práticas ordinárias que permitem aos indivíduos, diante de estruturas opressivas, reagir, negociar e reinventar normas que lhes foram impostas. Diferentemente da lógica estratégica das instituições, as táticas são “cálculos que não podem contar com um próprio”, captam “no voo” possibilidades de ganho e operam nos lugares dos “fracos” (Certeau, 2014, p. 45). Essa perspectiva desloca o foco da política institucional para as inscrições corporais, as solidariedades e as lutas micropolíticas que reconfiguram a cidade e tensionam os limites da norma, acionando modos outros de aprender, ensinar e formar-se no enfrentamento cotidiano às violências que os atingem.

Do ponto de vista metodológico, este artigo ancora-se nos pressupostos da História Cultural que, conforme Pesavento (2008), tem como um de seus principais propósitos investigar os acontecimentos por meio de elementos do cotidiano e da subjetividade. Para além da pesquisa bibliográfica sobre dissidências sexuais e de gênero durante o Regime Civil-Militar, recorreremos também à pesquisa documental, cujo corpus de análise incluíram reportagens e entrevistas concedidas por Lolita à imprensa, localizadas na Hemeroteca Digital Brasileira e no acervo físico do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), no Recife. Foram analisados oito textos do Diário de Pernambuco e uma entrevista de quatro páginas ao Jornal da

---

performativa de significado político. Quando o sujeito se torna resistência, ele se constitui como agência”.

Cidade, além da coluna Mundo Guei<sup>10</sup>, (1979–1980), considerando seus contextos de produção, circulação e recepção (Luca, 2020), o que nos permitiu vislumbrar, ainda que mediados pela lente da imprensa, aspectos de sua autopercepção e das táticas de agenciamento de sua imagem pública.

## **ENTRE A VIOLÊNCIA E O REFÚGIO: TERRITÓRIOS DE SOCIABILIDADE TRAVESTI/HOMOSSEXUAL NO RECIFE DOS ANOS DE CHUMBO**

Na esteira dos discursos em defesa da família, o Regime Civil-Militar no Brasil, consolidou um aparato repressivo que ultrapassou a perseguição político-ideológica. Em cena, a moralidade pública se destacou sob os holofotes, tornando até mesmo a circulação de homossexuais em áreas centrais da cidade suscetíveis às abordagens policiais<sup>11</sup>. No entanto, ainda que sob o aparato repressivo do Estado, homossexuais e travestis buscavam frequentar espaços de sociabilidade onde suas corporalidades e sexualidades dissidentes pudessem se expressar e ganhar visibilidade à revelia da repressão que buscava expulsá-los da cena pública. Esses locais, nos quais se destacam bares e boates que emergiram como brechas frente ao controle moral e policial, consolidaram-se no Recife sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, o que estimulou a ocupação do espaço urbano por homossexuais e travestis para além do horário noturno (Souza Neto, 2009; Nascimento, 2022).

Esses espaços de sociabilidade, entretanto, não eram homogêneos e estavam atravessados por desigualdades sociais que definiam tanto as formas de circulação quanto os níveis de exposição à repressão. Em consonância com o que observa Green (2000), quanto menor o poder econômico, maior a vulnerabilidade de corpos homossexuais e travestis diante das forças de controle. Marcadores como “[...] status social, nível de escolaridade, indumentária, estrutura física e posturas corporais” também modulavam as formas de abordagem e punição (Souza Neto, 2009, p. 120), conduzindo pessoas em maior vulnerabilidade econômica, como no caso de Lolita, para as áreas centrais e portuárias da capital pernambucana, cuja vigilância policial

---

<sup>10</sup> Diferentemente de outros periódicos que circulavam em Pernambuco, o *Diário da Noite* se destacava por destinar um espaço à homossexuais, conferindo visibilidade às pautas, eventos e experiências desse grupo.

<sup>11</sup> Tais ações eram frequentemente enquadradas como combate ao crime de vadiagem, previsto no Artigo 59 da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941). A título de exemplificação, a lei previa que travestis sem vínculo empregatício comprovado poderiam ser detidas, com penas de quinze dias a três meses de reclusão.

se fazia mais intensa. Já indivíduos com maior poder aquisitivo frequentavam regiões como o bairro de Boa Viagem, na zona sul do Recife, onde o anonimato favorecia maior liberdade e a repressão se mostrava menos ostensiva.

Tal controle sobre a performance corporal e estética, sobretudo no caso de travestis e de homossexuais tidos como afeminados, converteu-se em um dos principais terrenos de disputa nos quais a masculinidade normativa se afirmava pela violência. Sob uma perspectiva regional, o Nordeste brasileiro e, em particular, o contexto pernambucano, ganha relevância para essa análise. Gilberto Freyre (2003), ao situar a família patriarcal como núcleo estruturante da sociedade brasileira, identifica o Nordeste açucareiro como seu espaço por excelência. Para o autor, essa família não se limitava a um arranjo doméstico, mas configurava uma ordem social fundada no poder masculino, em relações paternalistas com extensas redes de dependência que envolviam escravizados, filhos bastardos, afilhados, capelães e criados (Albuquerque Jr., 2013). Conforme sintetiza:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América (Freyre, 2003, p. 81).

Na obra de Freyre, vale ressaltar, o patriarcalismo opera menos como um conceito fechado e mais como uma chave interpretativa que permite compreender a lógica de organização da sociedade colonial brasileira e suas permanências (Albuquerque Jr., 2013). Essa leitura se articula a um imaginário mais amplo sobre a figura do homem nordestino, idealizado como portador de uma virilidade incontestável, assentada na autoridade patriarcal e na heterossexualidade. Trata-se de uma construção cultural que atravessou diferentes expressões — da música popular à literatura<sup>12</sup>— e que contribuiu para consolidar o Nordeste como território simbólico de masculinidades normativas.

---

<sup>12</sup> No campo literário, Albuquerque Jr. (2011, p. 154), ao analisar a obra do paraibano José Lins do Rego, aponta que, em seus escritos, “as práticas homossexuais também simbolizam a decadência de uma sociedade cujo núcleo era a família e nela o patriarca, o homem viril”. Nesse cenário, a homossexualidade e a feminilidade performada por travestis funcionavam como sinal da desagregação de uma ordem social ancorada na autoridade masculina. A virilidade, tomada como índice de honra, força e controle, é o valor a ser preservado e sua perda equivaleria à ruína moral de um tempo. A literatura regionalista, nesse sentido, não apenas descrevia o patriarca, mas frequentemente reforçava os códigos de moralidade que sustentavam sua centralidade, associando as dissidências sexuais e de gênero à impotência, degeneração e desordem.

Nesse cenário, a homossexualidade e a feminilidade performada por travestis funcionavam como sinal da desagregação de uma ordem social ancorada na autoridade masculina. A virilidade, tomada como índice de honra, força e controle, é o valor a ser preservado e sua perda equivaleria “decadência de uma sociedade cujo núcleo era a família e nela o patriarca, o homem viril” (Albuquerque Jr. 2011, p. 154).

Essa concepção encontra eco, por exemplo, na música *Xote do Cabeludo*, de Luiz Gonzaga (1967), cujos versos afirmam: “cabra do cabelo grande”, “cinturinha de pilão”, “cabra que usa pulseira”, “no pescoço, medalhão”, “cabra com esse jeitinho”, “no sertão de meu padrinho”, “cabra assim não tem vez não”. Não se trata apenas de um comentário jocoso sobre a aparência, mas da reafirmação de um código de gênero que opunha a masculinidade viril a qualquer sinal de afetação ou feminilidade.

Importa destacar que a própria imagem pública de Gonzaga, construída a partir de sua indumentária característica, composta por gibão, chapéu de couro e demais símbolos associados ao sertanejo, reforçava a vinculação do homem nordestino à terra, à resistência física e à virilidade tida como autêntica. Assim, cabia ao homem nordestino preservar uma masculinidade ligada ao trabalho e à autoridade patriarcal.

Conforme destaca Albuquerque Jr. (2013), enquanto o modernismo paulista buscava romper com a tradição, o regionalismo nordestino, ao resgatar as narrativas populares, reafirmava as bases identitárias ancoradas no patriarcalismo e na virilidade, dado que não se limitou ao período colonial ou às representações musicais do século XX, mas encontrou ecos duradouros nas formas de repressão que atravessaram o Regime Civil-Militar<sup>13</sup>.

Em paralelo, jornais, rádios e programas televisivos atuaram como importantes vetores de produção e reforço do escárnio dirigido aos corpos considerados desviantes. Nesse período, apresentadores como Chacrinha e Silvio Santos incorporaram homossexuais em seus programas como figuras cômicas e caricaturais, recurso utilizado para elevar a audiência e que, não raramente, motivava intervenções da censura. Como observa Renan Quinalha (2017), quando esses sujeitos eram

---

<sup>13</sup> Não apenas os discursos conservadores reforçavam a associação entre homossexualidade e decadência moral. No interior da própria esquerda, em determinados momentos, também se reproduziam visões semelhantes. Albuquerque Jr. (2011), aponta que em textos de Jorge Amado a homossexualidade surge vinculada à ideia de degeneração burguesa, sendo tratada como um traço a ser superado com a vitória da revolução e a instauração de uma nova moral. Nesse registro, o homossexual era associado à fragilidade, ao artificialismo e à passividade, atributos lidos como femininos e opostos à masculinidade das camadas populares. Em contraste, o homem revolucionário era representado como viril, ativo e capaz de forjar o futuro.

exibidos, apareciam de forma ridicularizada, apresentados como aberrações e representados por meio de figurinos espalhafatosos que acabavam por reforçar a percepção de pessoas homossexuais como uma ameaça moral para os jovens e para as famílias brasileiras.

No entanto, se esses enunciados midiáticos e institucionais buscavam interditar as existências e frequentações homossexuais/travestis, o ato de ocupar ruas, bares e boates — e, ao mesmo tempo, lidar com expulsões, agressões e prisões — configurava-se, em nossa leitura, como uma experiência de resistência. Se fazer existir no espaço público implicava aprender, na prática, os códigos implícitos da repressão: onde e quando transitar, quem enfrentar, de que forma se proteger e como sustentar-se financeiramente, em meio ao estigma. Esse aprendizado cotidiano, desvelava tanto os limites impostos pela ordem militarista quanto as brechas possíveis de contestação. É justamente nesse terreno de tensões entre repressão e criação de si que se inscreve a trajetória de Lolita, cuja presença pública no Recife evidenciava como os corpos dissidentes podiam transformar a experiência de marginalização em uma prática político-formadora.

## **VISIBILIDADE, REPRESSÃO E AGENCIAMENTO DE LOLITA NO RECIFE DA DITADURA**

*“Educação é dote, safadeza é sorte [...] O futuro até aqui ninguém pode predizer, os grandes sábios da terra não sabem entender; só Deus no mundo é quem pode o mistério conhecer: de mim, a grande Lolita. O Império de Atlântida era um imenso reinado, do castelo assombrado era um santo festejado, e Lolita a rainha herdeira, era a dona daquele reinado. Minha palavra é muito dócil”  
(Diário da Noite, fev. de 1980, p. 6)<sup>14</sup>.*

Lolita tornou-se, por meio de sua performance artística, uma das pessoas mais conhecidas da cena recifense durante os anos do Regime Civil-Militar. Sua presença constante nas páginas dos jornais da época, tanto nas seções de entretenimento e cultura quanto nas páginas policiais revela não apenas o grau de visibilidade que alcançou, mas também a forma como sua existência foi reiteradamente capturada por discursos de controle e moralização. Como se observa na Figura 1, Lolita possuía

---

<sup>14</sup> Trecho de um poema de autoria de Lolita publicado na coluna *Mundo Guei*, do *Diário da Noite*, no ano de 1980.

pele negra, cabelos ondulados e lábios grossos, traços que não se limitam a uma descrição física, mas remetem a um corpo atravessado por códigos sociais de sexualidade, gênero, raça e classe.

**Figura 1:** Lolita em frente a um edifício no centro do Recife, década de 1970.



Fonte: Jornal da cidade, 1975, p.9.

Nascida em 6 de janeiro de 1933, em Nazaré da Mata, Pernambuco, Lolita teve a infância marcada por condições adversas. Filha de trabalhadores rurais<sup>15</sup>, em terras de um senhor de engenho, desde cedo precisou dividir o tempo entre a lida no campo, limpando mato e cultivando roça, e os cuidados com os dez irmãos. Nesse percurso inicial, estudou por cinco anos no Grupo Escolar Maciel Monteiro<sup>16</sup>, também em Nazaré da Mata.

Aos 16 anos, diante do agravamento da situação financeira, seus pais decidiram migrar para São Paulo. Lolita, no entanto, recusou-se a acompanhá-los, motivada por conflitos recorrentes com o pai. Descrito como “despeitado”, o pai emerge em suas memórias como figura disciplinadora e repressiva, sobretudo diante dos primeiros sinais de dissidência de gênero.

---

<sup>15</sup> As fontes pouco revelam sobre os pais de Lolita e seus dez irmãos. Ao rememorar sua relação com a mãe Lolita afirmou que ela sempre lhe protegia (Jornal da Cidade, 1975). Conforme sua fala, a mãe ocupava uma posição de apoio e afeto, em contraste com a figura paterna, associada a atitudes disciplinadoras e repressoras. A entrevista também registra que, após a mudança da família para São Paulo, apenas a mãe retornou ao Recife para manter contato com ela e lhe ofereceu um auxílio financeiro de Cr\$ 50,00 para garantir sua subsistência naquele momento.

<sup>16</sup> Localizado na Rua Bom Jesus, no centro de Nazaré da Mata (PE), o Grupo Maciel Monteiro, onde Lolita estudou, segue em funcionamento.

Meu pai era despeitado comigo. Ele não aceitava minhas qualidades corporal [sic]. Com idade de dez anos comecei a depravação, por influência de colegas. Não tive um primeiro namorado, o primeiro foram vários, eu era o mais fraco e cedi, num banho de açude, sabe como é, gosto de falar por parábolas, êles me forçaram e depois foram contar tudo ao meu pai (Jornal da Cidade, 1975, p. 8).

Conforme sua própria narrativa, a repressão começou cedo, inscrita na estrutura familiar, na qual a figura do pai ocupava o lugar do núcleo moral e disciplinador que procurava conter os primeiros sinais de dissidência sexual e de gênero. Tal experiência aproxima-se daquela vivida por muitas travestis do período, frequentemente expulsas de casa ao iniciarem processos que envolviam mudanças corporais.

A passagem do “banho de açude”, por seu turno, exemplifica a intensificação das violências cometidas contra ela, tratando-se não apenas de uma coerção sexual, mas também da exposição pública de um corpo já violentado. Ao narrar esse episódio, Lolita demonstra uma experiência de marginalização precoce, que antecedeu o nome, o estilo e a sua presença performativa. O uso de parábolas revela ainda um trauma traduzido em linguagem codificada, cujo conteúdo denuncia a responsabilização da vítima. Trata-se de uma lógica perversa que recaiu sobre seu corpo, culpabilizando-a por sua própria vulnerabilidade e reforçando mecanismos de repressão ancorados na própria estrutura familiar (Trevisan, 2018).

Apesar desse cenário disciplinador, que a expulsou tanto do núcleo familiar quanto dos espaços de proteção exemplificado pela figura materna, Lolita deu início a um itinerário de sobrevivência em meio à precariedade. Entre as memórias anteriores à chegada ao Recife, narrou sua passagem por Limoeiro, cidade onde se instalou após recusar-se a seguir com a família para São Paulo (Diário da Noite, 1980). Em 1949, já instalada nessa cidade, passou a trabalhar como porteira no Ginásio de Limoeiro<sup>17</sup>, instituição privada sob a direção do padre Aduino Nicolau Pimentel<sup>18</sup>, o que lhe possibilitou concluir o curso ginásial aos 20 anos. Ao narrar esse período, marcado pelo acúmulo entre trabalho e estudo, Lolita afirmou: “[...] eu já era atualizada. Graças a Deus eu estudei, e pude transformar muitos amigos meus, em fãs incondicionais do meu temperamento artístico” (Diário da Noite, 1980, p. 6).

---

<sup>17</sup> O Ginásio de Limoeiro era frequentado majoritariamente por pessoas de classes abastadas locais, mas oferecia oportunidades a estudantes de baixa renda, uma vez que, por meio de um convênio com a prefeitura, mantinha vinte bolsas destinadas a alunos pobres do município (Souza, 2019).

<sup>18</sup> Natural de Queimadas (atual Orobó), PE, Padre Nicolau fundou o Ginásio de Nazaré da Mata, posteriormente transferido para Limoeiro, por ser um município mais desenvolvido (Souza, 2019).

Apesar de sua origem rural e das adversidades enfrentadas, a trajetória de Lolita revela um impulso constante por mobilidade social e simbólica. Em sua narrativa, enfatizava ter estudado com colegas que mais tarde se tornariam figuras de destaque local — delegados, advogados e jornalistas (Jornal da Cidade, 1975) —, o que em nossa leitura não se reduz a um gesto de vaidade, mas, ao contrário, operava como tática discursiva de inserção em um campo de reconhecimento historicamente negado a homossexuais e, sobretudo, a travestis pobres, tal como o da escola.

Lolita revelou ainda que sonhava com a docência, o que permite inferir um desejo de ascensão por meio da educação formal e da profissionalização. Ainda assim, seu projeto de magistério foi interrompido, principalmente devido ao afastamento familiar — sobretudo da mãe, que a protegia diante das violências sofridas entre os outros familiares (Jornal da Cidade, 1975) — e do consumo de álcool, cujos sinais de dependência já se manifestavam aos 16 anos (Jornal da Cidade, 1975) e se intensificou nos anos que viveu no Recife.

Essa dinâmica aparece na própria fala de Lolita, ao afirmar: “[...] pensando que dominava ela [a cidade], mas ela leva a gente junto e a gente vai bebendo para esquecer alguma coisa” (Jornal da Cidade, 1975, p. 9). Nesse sentido, o uso da bebida não se configura como vício individual ou desvio moral, mas como resposta às agressões recorrentes e à precarização das condições de vida impostas a sujeitos dissidentes. Ainda que reconheça os limites que a embriaguez lhe impôs em termos pessoais e profissionais, Lolita indica que foi justamente por meio dela que conseguiu suportar a exclusão, permanecer nos espaços urbanos e, de forma paradoxal, tornar-se visível e reconhecida.

Em relação à sua vinda para a capital pernambucana, as fontes consultadas não apontam de forma clara o que a motivou. No entanto, é possível inferir que, diante das condições adversas vividas no interior, a capital despontava como espaço de maior possibilidade de sustento e visibilidade. Essa hipótese ganha força quando consideramos que, desde o início do século XX, o Recife passava por sucessivas transformações urbanísticas impulsionadas pelo desejo das elites locais de alinhar a cidade aos ideais de modernidade, dado que se evidencia nos sucessivos projetos de

remodelação que atingiu tanto os espaços públicos quanto os privados da cidade (Silva, 2022)<sup>19</sup>.

O centro, por exemplo, viu as antigas estradas de terra, mal iluminadas e impróprias para o tráfego, darem lugar a avenidas pavimentadas, bem iluminadas, onde a circulação de automóveis e o afastamento das camadas populares para os subúrbios ocorreriam na mesma intensidade (Silva, 2022). Foi nesse Recife em disputa que Lolita chegou, em 1954.

Importa destacar que a capital pernambucana, imersa no desejo pela modernidade, não escapava à valorização da figura do homem viril como modelo de regionalidade. No entanto, importa destacar que era também um dos principais destinos de quem vinha do interior de Pernambuco, bem como de outros estados do Nordeste<sup>20</sup>, o que fomentava o imaginário de Lolita sobre as possibilidades que a cidade poderia lhe oferecer, tanto para a afirmação de sua performance artística quanto para a garantia de sua subsistência. Como corolário, Lolita deixou-se envolver por um profundo encantamento pela cidade. Como declarou ao entrevistador, guiou-se pela “[...] vontade de entrar nela” (Jornal da Cidade, 1975, p. 9), expressão que, em nossa análise, revela tanto sua curiosidade quanto sua identificação com as formas de vida que animavam as ruas recifenses.

A desistência da carreira de professora e o apelo ao álcool — e, mais tarde, a substâncias ilícitas como metanfetamina (Pervitin) e anfetamina (Dexamil), conforme mencionado por ela em entrevista ao Jornal da Cidade (1975) — direcionaram-na, em um primeiro momento, para o trabalho doméstico e como ajudante de pedreiro. Lolita residiu majoritariamente em pensões “alegres”, conhecidas como espaços que funcionavam como refúgio para mulheres prostitutas, travestis e homossexuais

---

<sup>19</sup> Apesar das transformações urbanísticas promovidas ao longo do século XX, certas regiões mais ao centro do Recife — como a zona portuária e os bairros de São José e Santo Antônio — permaneceram habitadas majoritariamente por membros pertencentes às camadas populares. Esses territórios, vistos muitas vezes como “imorais” e símbolos do “atraso colonial” (Silva, 2022) pelos discursos modernizadores, abrigavam pensões alegres, terreiros de religiões de matriz afro-brasileira, bares populares e zonas de prostituição que coexistiam com o comércio formal e com os edifícios públicos da cidade.

<sup>20</sup> O Recife consolidou-se, nas primeiras décadas do século XX, como um dos principais polos de recepção de viajantes, imigrantes e migrantes no Nordeste, posição que se explica por um conjunto de fatores estruturais e socioculturais. Sua localização estratégica favorecia a circulação transatlântica de pessoas, mercadorias e ideias, fazendo da capital pernambucana uma porta de entrada para fluxos internacionais e interestaduais, sobretudo na região próxima ao Cais do Porto do Recife (Duarte, 2018). A cidade também concentrava atividades econômicas e comerciais que mantinham o Recife como centro regional de oportunidades de trabalho e de serviços especializados. Suas redes de transporte — articulando rotas marítimas, ferroviárias e terrestres — ampliavam sua capacidade de atrair populações vindas do interior e de outras capitais nordestinas (Arraes, 2017).

afeminados, em especial aqueles expulsos do convívio familiar e oriundos do interior (Silva, 2011; 2021).

Nas horas vagas dos trabalhos que exercia<sup>21</sup>, Lolita circulava por diferentes zonas da cidade, como as imediações da Faculdade de Direito<sup>22</sup> e da Escola de Engenharia<sup>23</sup>. A escolha por esses locais não era aleatória, tendo em vista que além do prestígio simbólico que carregavam, estavam situados nas proximidades de ruas e bares conhecidos como zonas de sociabilidade homossexual, a exemplo da Rua da Aurora e Rua do Hospício. Ainda que envoltas em uma imagem elitista, as faculdades também abrigavam espaços que escapavam, ao menos parcialmente, à vigilância moral e institucional. Conforme destaca Souza Neto (2009), seus banheiros, por exemplo, funcionavam, por vezes, como locais relativamente "seguros" para encontros sexuais entre homens, justamente por estarem fora do campo imediato da repressão policial.

Foi nesse ambiente urbano, marcado por disputas, fluxos e possibilidades, que Lolita ampliou suas experiências artísticas e elaborou novas maneiras de viver e se fazer visível. A declamação de poemas e folhetos populares tornou-se uma de suas principais expressões públicas e, por meio de sua habilidade comunicativa, soube mobilizar afetos, despertar encantamentos e afirmar-se como presença singular no cotidiano recifense (Diário da Noite, 1980). Foi nesse processo que passou a utilizar o nome "Lolita", cuja origem remete ao filme *Carnaval Atlântida*<sup>24</sup>, apropriando-se dos

---

<sup>21</sup> Lolita, além de suas performances, recorria a trabalhos esporádicos. Em entrevista ao *Diário da Noite* (1980), afirmou não ter desfrutado da infância, pois, desde cedo, acompanhava os pais no trabalho do campo. Em sua passagem por Limoeiro, atuou como porteira. Já no Recife, trabalhou como servente e cozinheira. Fruto do contato com um colega do antigo Ginásio, recebia ainda um auxílio semanal de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Essa trajetória evidencia uma tensão fundamental, além de encarnar em suas performances a feminilidade, desempenhava trabalhos braçais associados à masculinidade.

<sup>22</sup> A Faculdade de Direito do Recife, criada em 11 de agosto de 1827 por decreto imperial juntamente com a Faculdade de Direito de São Paulo, está entre os cursos jurídicos mais antigos do País. Antes de sua instituição, a maior parte dos bacharéis brasileiros formava-se na Universidade de Coimbra, em Portugal. Inicialmente instalada no Mosteiro de São Bento, em Olinda, foi transferida para a capital em 1854 e, posteriormente, integrada à então Universidade do Recife em 1946, ano de criação da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, encontra-se localizada na Praça Adolfo Cirne, s/n, bairro da Boa Vista, Recife.

<sup>23</sup> A Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), atualmente integrada ao Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) da Universidade Federal de Pernambuco, foi fundada em 1895 como a quarta escola de Engenharia do País. Seu funcionamento inicial ocorreu em um prédio situado na Rua do Hospício, no Recife, marcando-a como instituição de referência na formação de quadros técnicos e científicos na região.

<sup>24</sup> *Carnaval Atlântida* é uma comédia musical brasileira lançada em 1952, dirigida por José Carlos Burle e produzida pela Atlântida Cinematográfica.

diálogos da personagem interpretada por Maria Antonieta Pondes, conforme narrou em entrevista:

A artista que fazia o papel de Lolita era Maria Antonieta Pondes. Aí eu comecei a recitar os diálogos para os meus amigos estudantes de engenharia e eles começaram a me chamar de Lolita, e ficou até hoje. [...] quando eu ia preso por causa de bebedeira, eu recitava esse folheto para os delegados e eles me soltavam. [...] Eles gostavam quando eu dizia: “Lolita desde criança era compadecida/Dava pequeno valor/aos objetos da vida, visitava os hospitais/inda que fosse escondida (Jornal da Cidade, 1975, p.8).

A escolha por uma narrativa poética para se apresentar diante da autoridade policial revela não apenas astúcia e carisma, mas também o uso da palavra como meio de autoproteção e reversão da vulnerabilidade. Ao recitar versos diante de delegados, Lolita não se furtava à cena repressiva, mas as ressignificava, projetando-se como figura dotada de sensibilidade e capital cultural. Sugere, ainda, que seus vínculos interpessoais ou formas de reconhecimento informal podiam, em momentos específicos, mitigar a repressão. Trata-se, portanto, de uma performance que desafiava os enquadramentos normativos, transformando a linguagem em ferramenta de autoproteção e sobrevivência.

A partir da análise de sua entrevista, também é possível observar que Lolita frequentemente realizava uma inversão dos discursos patologizantes. Em determinado momento, chegou a afirmar: “Eu sou Lolita, o internacional. Eu vim, vi e venci” (Jornal da Cidade, 1975, p. 9). Tal enunciação evidencia a recusa das classificações pejorativas que lhe eram atribuídas, como o termo “bicha”, explicitamente citado por ela como um exemplo recorrente de ofensa. Ao invés de se submeter a esse vocabulário estigmatizante, Lolita reconfigurava sua identidade por meio de um léxico de conquista, exemplificado na referência à célebre frase atribuída a Júlio César (“*veni, vidi, vici*”). Em outro trecho da entrevista, isso se reafirma:

Saí de Nazaré da Mata, com 15 anos de idade. Tudo por influência de amigos. Mas, eu **sempre gostei de varar mundo, sou como urubu, gosto de voar, em todo galho de mato faço minha morada**. Cheguei no Recife para trabalhar de servente e cozinheiro e estou aqui, com todo sucesso até hoje (Jornal da Cidade, 1975, p. 8, grifos nossos).

A metáfora que a compara ao urubu expressa mobilidade, adaptação e a vivência à margem como forma de êxito, uma reconfiguração positiva de um símbolo frequentemente desprezado, mas vital para o ecossistema. Ao articular essa imagem

à sua trajetória, Lolita afirmava uma forma de viver, sem renunciar à uma certa altivez, na qual o uso tático da palavra transformava os códigos de dominação.

Há que se ressaltar, no entanto, que a construção da trajetória de Lolita nos espaços centrais do Recife não ocorreu exclusivamente pelos circuitos convencionais da elite intelectual recifense. Para além das Faculdades de Direito e de Engenharia, espaços que reivindicava como território de expansão de sua veia artística (Jornal da Cidade, 1975), sua circulação se concentrava também em regiões como a Zona do Baixo Meretrício, localizada nos arredores da zona portuária da cidade, marcadas por tensões e violências cotidianas.

A título de exemplificação, em 1960, o Diário de Pernambuco noticiou que Lolita fora encaminhada ao Hospital de Pronto Socorro com hematomas e ferimentos no rosto, após ser espancada por um freguês na pensão onde trabalhava, tratada na matéria apenas como um “doméstico esbofeteado” (Diário de Pernambuco, 1960, p. 7). O episódio, reduzido à curiosidade policial, revela que a agressão não partiu da polícia, mas de um freguês da própria pensão onde Lolita trabalhava. O episódio demonstra que os riscos enfrentados por travestis e homossexuais não se restringiam ao espaço público, mas se faziam presentes também nas moradias coletivas, onde a violência podia partir de alguém do cotidiano.

Como observa Silva (2021), esses espaços estavam submetidos a múltiplas formas de repressão, inclusive por parte de sujeitos que já não os frequentavam, mas que, mobilizados por uma moralidade reativa — frequentemente atravessada por culpa, negação ou pelo desejo de apagamento simbólico do passado —, recorriam a denúncias anônimas ou a agressões físicas e verbais.

Percebe-se que, se, por um lado, as denúncias anônimas alimentavam a repressão institucional, por outro, a mídia impressa e televisiva amplificava os episódios, consolidando uma imagem pública estigmatizada de travestis e homossexuais pobres como figuras desordeiras, perigosas e degeneradas<sup>25</sup>. Ao explorar suas imagens, identidades e práticas de maneira espetacularizada, a mídia não só reforçava estigmas como também ampliava o alcance da vigilância e

---

<sup>25</sup> Durante o contexto ditatorial pernambucano, a imprensa alternativa denunciava o tratamento sensacionalista conferido pela grande imprensa às questões relacionadas à homossexualidade, evidenciando que, homossexuais eram descritos como criminosos que mereciam tratamento psiquiátrico (Lampião da Esquina, 1980).

colaborava com a normatização desejada pelo regime, tornando públicos e controláveis os corpos considerados desviantes.

Os registros sobre Lolita nos periódicos da cidade ilustram essa engrenagem discursiva, na qual conflitos interpessoais, frequentemente atravessados por vulnerabilidades estruturais, eram transformados em exemplos de desvio. Em um desses registros, datado de 1961, consta:

Ivo Alves da Silva, vulgo “Lolita”, foi preso na tarde de ontem, no bairro do Recife, sob a acusação de embriaguez, desordens e agressão à mundana Maria das Neves, fato ocorrido às 13h30, no interior do Bar “União” na rua Domingos José Martins. “Lolita”, como nas outras vezes em que esteve preso, procurou ensaiar um “show” no interior daquela Distrital, recusando-se a assinar a nota de culpa. E disse para o escrivão: “Toda a humanidade é pecadora, seu escrivão”; isso são palavras de Lolita.” (Diário de Pernambuco, 1961, p. 7).

Nesse primeiro recorte, Lolita é apresentada como figura provocadora, reiteradamente presa e, por isso mesmo, tratada como perigosa. A cena é narrada em tom jocoso, compondo um retrato estigmatizante de alguém que “ensaiava um show” diante da autoridade policial. Ao tentar deslocar a culpa que lhe era atribuída, afirmando que “toda a humanidade é pecadora”, Lolita se contrapunha, ainda que de forma indireta, às práticas das instâncias estatais, que buscavam representar as travestis como únicas e verdadeiras responsáveis pelas situações de conflito. Um segundo episódio, datado de 1964, retoma essa mesma lógica, acentuando o tom alarmista que atravessava a cobertura jornalística daquele período.

Em uma pensão de mulheres, à rua Vigário Tenorio, n. 263, 1º andar, bairro do Recife, à tarde de ontem, os invertidos sexuais Ivo Alves da Silva e Hélio José da Silva, após violenta discussão, por questões de ciúmes, travaram renhida luta. Hélio, utilizando-se de uma faca peixeira, atirou-se sobre o adversário e vibrou-lhe terrível golpe, atingindo no braço esquerdo. Perpetrada a cena de sangue, enquanto o ferido ficava prostrado, perdendo sangue, o criminoso tratava de evadir-se para evitar a prisão em flagrante [...] (Diário de Pernambuco, 1964, p. 11).

Termos como “invertidos sexuais”, “terrível golpe” e “cena de sangue” reiteram a homossexualidade/travestilidade como desvio e imprimem um tom de espetáculo à vida afetiva de sujeitos dissidentes. Nesse enquadramento, a vida travesti/homossexual pobre é tratada como ameaça latente, exigindo contenção. Outro exemplo emblemático desse tipo de abordagem encontra-se em matéria publicada pelo Diário de Pernambuco em dezembro de 1960, que anuncia uma

agressão perpetrada por uma dupla de patrulheiros a pé, comumente denominadas “Cosme e Damião”:

“Lolita”, vulgo por que é mais conhecido o desajustado Ivo Alves da Silva, solteiro, de 27 anos de idade e residente em uma pensão de mulheres à rua do Bom Jesus n.º 206, 2.º andar, às 21h30 de ontem, chegou ferido no HPS: contusões na orelha esquerda e no nariz, além de escoriações diversas, distribuídas por todo o corpo. Momentos antes, quando passava em frente ao ‘Café Central’, à Avenida Marquês de Olinda, desrespeitou a dupla de Cosme e Damião de policiamento na área e foi impiedosamente surrado por um deles. Tal arbitrariedade foi consumada somente porque Cosme apontou a Damião: — ‘Este é o tal do “Lolita”.’ Imediatamente, Cosme investiu sobre o desajustado que, em poucos segundos, deu um de seus costumeiros “shows”, gritando: — ‘Não me mate, pelo amor de Deus! Eu sou do amor, seu Cosme!’ De coisa alguma serviram as súplicas do pobre diabo, pois Cosme se enfureceu ainda mais e deu vazas a seu instinto de sádico, dando-lhe de cassetete a mais não poder (Diário de Pernambuco, 1960, p. 7).

A matéria, permeada de termos como “desajustado” e “pobre diabo”, não apenas descreve a violência sofrida por Lolita, mas atribui sua causa à simples visibilidade de seu corpo dissidente. O policial, em nossa leitura, não reage a uma infração concreta, mas sim ao reconhecimento de um sujeito previamente estigmatizado como alvo. A agressão é desencadeada por sua presença, mais precisamente por ser “o tal do Lolita”, não por uma conduta criminosa.

Em outros episódios noticiados, como assaltos e brigas, essa lógica se repete, uma vez que mesmo quando vítima, Lolita era identificada de maneira ostensiva como “homossexual” (Diário de Pernambuco, 1966) em contextos nos quais sua orientação ou identidade de gênero não tinham qualquer relação com o conteúdo factual da matéria. Ainda que sem os adjetivos depreciativos observados em outros casos, o ato de rotular a vítima por sua sexualidade revelava o lugar de vulnerabilidade simbólica e o imaginário social de que esses corpos não deveriam permanecer anônimos. Essa nomeação não respondia a uma necessidade informativa, mas sim à lógica de visibilidade circunstancial. Nos casos em que a narrativa jornalística podia servir de entretenimento, essa visibilidade era admitida, desde que circunstancial e subordinada à lógica da espetacularização. Corpos dissidentes só se tornavam “noticiáveis” quando podiam ser convertidos em modelo subserviente à lógica disciplinadora que os mantinha à margem.

O que se observa, contudo, é que Lolita, ao contrário das prescrições morais dirigidas às travestis e aos homossexuais de sua época, recusava-se a receber provocações e insultos sem resposta. Ao afirmar que “toda a humanidade é pecadora” mediante uma abordagem policial noticiada pelo Diário de Pernambuco (1961, p. 7), ela evidenciava uma crítica à seletividade das punições, à hipocrisia das normas morais e à parcialidade das instituições de controle. Lolita não se apresentava como vítima silenciosa, mas, ao contrário, construía-se como alguém capaz de se reinventar a partir dos recursos de que dispunha, mobilizando uma linguagem poética que contrastava com a violência a que era submetida.

No entanto, quando necessário, Lolita recorria também à força física como forma de autodefesa, especialmente diante das abordagens violentas protagonizadas por policiais da Rádio Patrulha. Ao ser questionada sobre suas brigas com agentes da repressão, declarou ao Jornal da Cidade (1975, p. 9):

Eu não admito provocação. Já tomei revólver de mão de gente, um capitão de tropa a paisana. Tudo é ocasião. Sempre fui vencedor. Quando eu era preso, o delegado me soltava. Dr. Mário de Alencar me adorava, só quando era delegado estranho é que me encanavam. Quando eu cismava da Rádio Patrulha eles não me levavam não. Quando surgiu aquelas duplas de “Cosme e Damião”<sup>26</sup>, em 1955, o povo dizia “você agora vai se endireitar”. Resolvi tirar a dúvida. Tomei meia garrafa de cana e fui para Av. Guararapes, lá pra esquina da Sertã. Cheguei lá, encarei os dois que vinham do Cinema Art. Palácio e perguntei “quem de vocês é Cosme ou Damião dos dois?” eu disse “sou o Lolita falado” e o pau cantou. Ah, eu já fiz muita sugesta [sic] com a polícia. Aí eles me levaram num Ford Verde.

O episódio descrito condensa múltiplas camadas de enfrentamento. A escolha de interpelar deliberadamente os policiais com uma pergunta provocativa — “quem de vocês é Cosme ou Damião dos dois?” — articula insubordinação e teatralidade, compondo uma tática de desestabilização da autoridade.

Vale ressaltar que, para além dos embates físicos e do uso da performance artística, Lolita articulava outras formas de contestação pública às normas de gênero e de conduta. O chamado “Protesto das Bonecas”, noticiado com tom sensacionalista pelo Diário de Pernambuco na década de 1970, informava:

Acha o delegado Mário Alencar que o desfile poderia estar sendo liderado por travestis do tipo de ‘Lolita’, famoso pederasta [...] que vive a se exibir nas ruas naquele desejo que ele tem de ser mulher’. Para

---

<sup>26</sup> Expressão usada por homossexuais/travestis para nomear duplas de policiais que atuavam em rondas noturnas (Souza Neto, 2009).

evitar que 'Lolita' venha a perturbar a ordem durante o Carnaval é pensamento do delegado de costumes afasta-lo de circulação, pois a boneca [...] surge nas avenidas do Recife 'toda pra frente', rebolando em trajes femininos e recebendo estrondosa vaia do público (Diário de Pernambuco, 1971, p.1).

Nesse episódio, Lolita aparece como tipo, e não como pessoa, representando um coletivo difuso de figuras consideradas "sem escrúpulos" e "perturbadoras". Há, por um lado, uma violência institucional e velada, que visava retirá-la de circulação para não "atrapalhar o carnaval", mobilizando o aparato policial como instrumento de exclusão preventiva e, por outro, uma violência explícita e moralizante, manifestada nas vaias do público, que reforçavam o repúdio social à presença travesti nas avenidas.

A matéria reproduz, assim, o enredo típico da repressão moral, em que a visibilidade de sujeitos fora da norma binária e heterossexual, especialmente quando encarnada na figura travesti, era tolerada apenas nos limites da sátira, do escárnio ou da correção disciplinar. Mesmo quando convertida em "boneca carnavalesca", a travestilidade era vigiada, marcada como potencial ameaça à ordem e à decência pública. Enquanto homens brincantes vestidos com trajes comumente associados ao feminino podiam circular com relativa aceitação carnavalesca, travestis e homossexuais afeminados eram remetidos aos becos e, quando escapavam desse lugar e ocupavam o centro das avenidas, tornavam-se alvos de hostilidade pública.

Paradoxalmente, contudo, é possível compreendê-la também como uma figura pública articuladora de uma manifestação protagonizada por travestis, cuja força simbólica residia justamente na arte de se fazer ver. Essa arte não se restringia à presença corporal nas ruas, mas transbordava na fala poetizada, na voz cantada e na teatralidade inspirada em Ângela Maria e Clara Nunes (Diário da Noite, 1980). Assim, apesar das violências que sofria, Lolita era reconhecida como trabalhadora e artista, participante de programas de calouros e, segundo ela própria, querida por muitos estudantes e artistas pernambucanos por recitar, nas faculdades, sua arte narrada. O canto e a poesia funcionavam, para ela, como vias legítimas de reconhecimento e de uma valorização estética que se contrapunham ao preconceito vivenciado em outros espaços. Para além do entretenimento, o corpo, em uma análise mais detida, era mediador e palco de uma feminilidade que funcionava menos como ornamento e mais como linguagem de resistência que articulava tanto uma dimensão estético-individual quanto político-formadora.

Embora sua presença pública estivesse atravessada por estigmas, sua performance impunha uma leitura marcada pela altivez, o que lhe rendeu a fama de figura cativante, exuberante e destemida. O cronista pernambucano Rostand Paraíso (2003, apud Nascimento, 2004, p. 55) descreveu Lolita como alguém que, rebolando pelas ruas do Recife com calças justas, perfumes fortes e cantarolando canções de artistas famosas da época, impunha respeito inclusive aos policiais. Era vista como um “valentão conhecido” ao mesmo tempo em que era “capaz de topiar brigas as mais temerárias, ele sozinho contra muitos” e, não raro, saía vitoriosa, mesmo ferida.

Ao ser questionada se já havia pensado em abandonar esse “modo de vida que levava”, Lolita respondeu que nunca se arrependia do que fazia. Segundo ela, chegou a receber, por meio da mídia televisiva, recomendações de psicólogos para buscar tratamento em clínicas psiquiátricas, mas deixou implícito que suas duas internações no Hospital da Tamarineira<sup>27</sup> não produziram os efeitos esperados (Jornal da Cidade, 1975). A prescrição pública de internação revela como Lolita era reiteradamente colocada sob suspeição, inclusive pelos discursos psiquiátricos que, com frequência, se ocuparam de enquadrar homossexuais, travestis e alcoólatras em categorias de anormalidade e patologia. Sua referência às instituições psiquiátricas não sugere uma rejeição total, mas sim um tipo de manejo possível diante da vigilância e dos dispositivos de correção que permitiam a sujeitos dissidentes negociar e reconfigurar os saberes que buscavam discipliná-los, mesmo sem escaparem completamente de seus efeitos.

Ao transformar a repressão em cena, como dito em páginas da imprensa, e a cena por ela performada em resposta, Lolita acionava táticas, nos termos de Michel de Certeau (2014), construídas a partir da improvisação, da imprevisibilidade e da enunciação a partir do lugar dos “fracos”. Quando afirma “sempre fui vencedor”, essa frase não é lida aqui como simples bravata, mas como expressão de um reposicionamento diante do sistema que lhe reservava o fracasso. Mesmo nos enfrentamentos mais violentos, Lolita operava com códigos próprios que não negavam a violência do contexto em que estava inserida, mas reivindicavam uma forma de existência que recusava à lógica da marginalização.

---

<sup>27</sup> O Hospital Ulysses Pernambucano, conhecido popularmente como *Hospital da Tamarineira*, é uma instituição psiquiátrica localizada no Recife, Pernambuco. Fundado em 1884, inicialmente com o nome de Hospital São Francisco, teve papel central na política manicomial do estado, sendo destinado, também, ao tratamento de pessoas consideradas socialmente desviantes e desajustadas.

Nessa tessitura entre marginalidade e autoagenciamento, sua existência mobilizou saberes aprendidos nos becos e nas avenidas, saberes estes eminentemente políticos, ainda que atravessados por interditos e desvios em relação ao que tradicionalmente tem sido reconhecido na História da Educação como experiência formativa. Sua trajetória, nesse sentido, não apenas expõe os mecanismos de exclusão social codificados na regulação das vaias e na violência da polícia, mas também revela elementos de uma formação política que emergiu do conflito, da experiência encarnada e das práticas desviantes forjadas em meio à regulação imposta pela norma patriarcal — especialmente aquela sustentada por um corpo militarizado e estruturada por noções tradicionais de masculinidade —, como as que foram amplamente mobilizadas pelo regime ditatorial.

“Minha palavra é muito dócil”, revela a epígrafe. Dócil, aqui, não remete à submissão, mas a uma escolha discursiva que revela sua habilidade em se valer das brechas franqueadas em meio aos silêncios impostos. Se, em 1960, seu grito “Eu sou do amor, seu Cosme!” representava uma tentativa de apelo diante da violência policial, décadas depois, sua presença nas páginas dos jornais como figura de interesse desvela como seu corpo não se resumia a um suporte passivo da repressão. Era, antes, um veículo que lhe permitia atravessá-la e, por vezes, negociá-la, cujo principal fruto disso era a subversão dos discursos que, em meio à brutalidade e ao moralismo, relegavam sujeitos como ela à periferia simbólica, afetiva e geográfica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como evidenciado, a marginalização e a violência contra pessoas homossexuais e travestis não surgiram durante o Regime Civil-Militar. Contudo, foi nesse período que tais práticas ganharam novos contornos, operando não apenas pela força física, mas, sobretudo, pela via discursiva e pelo controle da (in)visibilidade. Como apontam James Green (2000) e João Silvério Trevisan (2018), a homossexualidade foi historicamente associada, no Brasil, à marginalidade e à desordem por médicos, juristas e jornalistas, reforçando enquadramentos morais que sustentavam a norma binária. No interior da ditadura, essas representações foram amplamente instrumentalizadas, cuja defesa da família, da juventude e da moralidade pública foi mobilizada como justificativa para legitimar práticas sistemáticas de repressão contra corpos e sexualidades dissidentes.

Tratava-se de uma “pedagogia da crueldade”, para usar a expressão de Rita Segato (2014), cujos efeitos não desapareceram com a redemocratização. Ao contrário, persistem, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas — como o enfrentamento de representações midiáticas que culpabilizavam homossexuais por sua própria morte e a conquista de direitos civis no ordenamento jurídico brasileiro. Vale ressaltar que o Brasil segue liderando rankings de violência letal contra pessoas trans e travestis, além de registrar índices alarmantes de agressões motivadas por ódio à população LGBTQIAPN+. Nesse sentido, trajetórias como a de Lolita permitem compreender, em perspectiva histórica, não apenas as violências sofridas, mas também os modos pelos quais práticas cotidianas de enfrentamento se constituíram em instrumentos fundamentais para desestabilizar as fronteiras do que é socialmente reconhecido como vida legítima. Permite ainda navegar em temas estruturantes para compreender a condição de travestis e homossexuais pobres no Brasil do século XX, tais como a rejeição familiar, a supressão do direito à infância, a repressão moral, o desejo pela escolarização e a cidade como espaço de disputa por reconhecimento e dignidade.

Lolita sustentou sua existência mediante astúcia, adaptabilidade e inserção em redes informais de apoio e convivência, especialmente nas Zonas de Baixo Meretrício e na área portuária do Recife. Soube, ainda, subverter taticamente as expectativas de submissão que lhe eram impostas, ocupando com teatralidade, ambiguidade e desobediência os espaços que lhe eram negados. Sua presença reiterada nas páginas policiais — frequentemente apresentada como figura desordeira —, sobretudo durante o regime, entrelaçou-se à performance do desvio, ironizando agentes da repressão, convertendo a delegacia em palco e transformando a rua em espaço de encenação pública.

Saber quando se calar e quando reagir, como solicitar proteção a conhecidos, desviar das violências direcionadas e mobilizar sua veia artística para encantar compunha um repertório de saberes práticos forjado e lapidado no cotidiano. Esses aprendizados foram construídos e transmitidos em espaços de sociabilidade como as pensões alegres, as calçadas do bairro do Recife, os palcos das faculdades e os camarins improvisados de boates, becos e bares. Nesses territórios, circulavam não apenas cantorias, adornos e roupas, mas também conselhos, alertas, ironias, divergências e afagos. Tratava-se de uma pedagogia subterrânea — não institucionalizada e com menos efeito de circulação do que aquela engendrada pelo

braço militarizado —, mas profundamente ancorada em experiências comuns de desejo e (sobre)vivência.

Ao explorar os modos de sociabilidade de Lolita e suas táticas de enfrentamento, este estudo também contribui para ampliar dimensões da História da Educação que frequentemente permanecem à margem das narrativas tradicionais, geralmente centradas em sujeitos intelectuais, instituições e espaços escolares formais. Os trânsitos de Lolita e os espetáculos que protagonizava nos convidam a deslocar o olhar da “excentricidade” para compreender que o político também se inscreve nas experiências que escapam ao reconhecimento institucional. Corpos subalternizados, como o seu, não apenas sofreram a violência das forças militares e da sociedade civil, mas igualmente elaboraram formas de resposta à crueldade, ressignificando regimes de visibilidade e marginalidade. Tais respostas não se limitavam à contestação direta, mas se expressavam simbolicamente por meio do escárnio, da ironia, do afeto e da fúria.

Sua trajetória, longe de qualquer moldura redentora ou heroica, evidencia formas de agir micropoliticamente no cotidiano, cuja potência formativa reside na capacidade de reinventar, improvisar e sustentar modos de existir nos interstícios, nas bordas e, sobretudo, nos desvios. A compreensão dessas práticas permanece urgente em um cenário em que a exclusão, o preconceito e a violência ainda moldam brutalmente a vida de travestis, transgêneros e homossexuais no Brasil. Tal perspectiva amplia o entendimento do cotidiano como território formativo e evidencia que experiências dissidentes revelam fissuras nas normas que regulam o gênero e a sexualidade. Investigar trajetórias como a de Lolita — e de tantas travestis e homossexuais que viveram sob e/ou para além de regimes autoritários — pode em muito contribuir com uma educação capaz de reconhecer a legitimidade dessas existências, enfrentar desigualdades estruturais e formar sujeitos atentos às violências que ainda incidem sobre corpos dissidentes.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ARRAES, Marcos Alexandre. Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX. **Albuquerque: revista de história**, v. 3, n. 5, p. 115-134, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

DIÁRIO DA NOITE: jornal diário. Ed. 2 de fevereiro. Recife, 1980.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 272, 1 de dezembro. Recife, 1960.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 273, 30 de novembro. Recife, 1961.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 184, 14 de agosto. Recife, 1964.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 169, 27 de julho. Recife, 1966.

DUARTE, Jônatas Lins. **Modernização do Porto e do bairro do Recife**: impactos causados pelas obras na população da freguesia (1909-1914). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociologia e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/32198>. Acesso em: 18 nov. 2025.

GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000.

JORNAL DA CIDADE: jornal semanal. Ed. 37, 6 a 12 de julho. Recife, 1975.

LIMA, José Calvino de Andrade. **Miscelânea Recife (mistura do que existe para presente e futuro)**. 1. Ed. Copyright, 2001.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Anne Raquel. **Entre o glamour e a marginalidade**: a travestilidade no Diário de Pernambuco (1970-1985). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/9482>. Acesso em: 20 de mai. 2025.

NASCIMENTO, Luís Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975)**: sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife, e o romance: A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins. Tese – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2017.

SEGATO, Rita Laura. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. Puebla: Pez em el Árbol, 2014.

SILVA, Tayanne Adrian Santana Morais da. **Forjadas na arte da resistência**: um estudo sobre a formação de Maria Oyá, Mãe Biu e Madrinha Tila da Nação Xambá (1927-1978). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49316>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SILVA, Sandro José da. Subversões de gênero no Recife da década de 1970. In: Silva, Marcília Gama da; Soares, Thiago Nunes (Orgs.). **Coletânea Pernambuco na mira do Golpe (v. 2: direitos humanos, acervos, política e sociedade)**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. ISBN - 978-65-5917-060-9.

SILVA, Sandro José da. **Quando ser gay era uma novidade**: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970. Dissertação – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4798>. Acesso em: 19 de jun. 2025.

SILVA, Arlan Eloi Leite da. **Rádio Patrulha**: policiamento ostensivo e tecnologia na cidade de Natal (1965-1970). Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/d31d14b4-43fd-4f8e-8ece-a224362332d2>. Acesso em: 02 de ago. 2025.

SOUZA Neto, Epitácio Nunes. **Entre boys e frangos**: análise das performances de gênero dos homens que se prostituem em Recife. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8423>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SOUZA, Roseane Silva de. **Os esforços educacionais de Limoeiro (1934-1961)**. Tese – Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em: Acesso em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36343>. Acesso em: 08 de jun. 2025.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 1001-1010, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>. Acesso em: 15 jul. 2025.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.